PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Comitê de Gestão Estratégica

Ata da 1ª reunião do CGE do ano de 2021.

Ao 22º (vigésimo segundo) dia do mês de abril de 2021 (dois mil e vinte), através de videoconferência, reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), magistrados e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Estiveram presentes: Desembargador Klever Rêgo Loureiro, Presidente do CGE; Dr. Orlando Rocha Filho, Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Filipe Lôbo Gomes, Procurador Geral; servidor Ewerton Gabriel Protazio de Oliveira, Secretário Especial da Presidência; servidor Alexandre Sodré Arruda, Diretor-Geral do Tribunal de Justiça; sr. Silvio Sapucaia; o servidor Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor-Chefe da APMP; o servidor Renato Barbosa Pedrosa, Diretor da DICONF; servidoras Catalina Velasquez Oliveira e Inara Francoyse de Souza Pereira, e o servidor Amós Henrique Alves de Araújo, da APMP, secretariando. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** Presidente abriu a reunião. Clóvis Gomes notificou que a reunião é para avaliação de indicadores e informações referentes à parte estratégica do TJAL. Informou que no âmbito dessa reunião são tomadas decisões em cima de informações, vez que se debate a governança e todas as informações de análises passam por essa reunião. Citou exemplos de decisões que são tomadas nessas reuniões, como aprovação, revisão do Planejamento Estratégico, Indicadores, Metas. Informou que essa avaliação da Alta Direção será feita para o Sistema de Gestão da Qualidade, Pesquisa de Satisfação, Pesquisa de Clima Organizacional, informações do Justiça em Números, informações das Metas Nacionais, todas trazidas para essa reunião para tomada de decisão. Comunicou a construção da Estratégia 2021-2026 e em qual etapa se encontra no momento. Informou que está sendo feita a elaboração desde o ano passado e o período limite para estabelecimento da Estratégia, que é até o dia 30 de junho de 2021. Informou o andamento do Planejamento Estratégico e que de posse das informações consolidadas, estas serão passadas para o Presidente do TJAL, que fará a apreciação junto dos Desembargadores. Observou que caso a Presidência consiga adiantar a análise da minuta, far-se-á importante para a construção do Plano Estratégico de Tecnologia e Informação, Plano Diretor, que se subsidia do Planejamento Estratégico do TJAL. **2)** Catalina Velasquez iniciou o segundo ponto relativo à reunião de análise crítica da alta direção SGQ 9001:2015. Informou a implementação e as auditorias ocorridas. Apontou o escopo do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Informou que o TJAL conseguiu a certificação ISO dentro do seu escopo. Informou os procedimentos tomados para a obtenção da certificação. Informou os processos que compõem o SGQ. Informou que existiam as rotinas, mas que foi necessário ser feito trabalho de mapeamento destas rotinas para que fosse possível ser feita a otimização destas. Informou sobre o Portal da Qualidade e seu conteúdo. Clóvis Gomes informou que o CNJ questiona se há rotinas mapeadas. Apontou que não se pode falar apenas do processo de gestão judicial, que são as unidades, sem falar na infraestrutura, haja vista a necessidade de se ter uma infraestrutura que possibilite a prestação do serviço. Apresentou a Política da Qualidade. Informou que além da auditoria externa, constantemente são feitas auditorias internas e que nestas auditorias haverá inovações. Comunicou que a mudança trazida pela Resolução CNJ nº 325/2020, pois todos os Indicadores da Qualidade que estão contidos neste Plano Estratégico irão mudar e que área da Qualidade também tem que passar por essa adaptação para o SGQ para que se mantenha sinergia com o Plano Estratégico. Informou que as pesquisas, tanto de Satisfação quanto de Clima Organizacional, são escopo do SGQ. Informou a quantidade de ações corretivas existentes no âmbito do Poder Judiciário, que quando é feita a auditoria, também são identificadas as não conformidades. Explicou o que são as não conformidades. Apontou que a área da Qualidade existe justamente para fazer com que o processo em que houve equívoco, para que seja feita a análise para sua correção. Informou a existência de pesquisa dos provedores externos e as rotinas dessa pesquisa. Falou sobre o mapeamento de riscos. Como exemplo, citou

o risco de possibilidade de danos ao Data Center, elencado pela DIATI. Informou que o mapeamento de riscos serve justamente para que a unidade enxergue potenciais riscos e possa mitigá-los em caso de eventual ocorrência. Exemplificou mais alguns riscos anotados pelas unidades. Informou o custo de investimento até o momento no SGQ pelo Poder Judiciário de Alagoas. Ressaltou a necessidade da recertificação, que é de periodicidade anual. Falou também sobre a necessidade de capacitação em auditoria para que o TJAL fique independente de empresas que fazem auditoria. Presidente fez considerações acerca da apresentação e do material apresentado.**3)** Inara Francoyse fez a apresentação dos Casos Novos. Informou a série histórica. Apontou que no ano de 2020 houve o maior quantitativo de execuções fiscais. Apresentou comparativo de Casos Novos no período entre janeiro e março de 2020 e 2021. Apresentou os processos baixados excluídas as execuções fiscais e penais. Comparou os processos baixados em 2019 e 2020, indicando que em 2020 o quantitativo foi inferior. Informou que é provável que o TJAL tenha resultado inferior no IPC-Jus, a depender dos outros Tribunais. Clóvis Gomes observou que a produtividade existente nas avaliações anteriores levou o TJAL a ser uma das menores produtividades entre os tribunais de pequeno porte. Ressaltou a importância de ser feita essa observação. O quantitativo de processos baixados em 2020 foi abaixo em comparação com o de 2019. Explanou que o índice de eficiência é calculado retirando a execução fiscal e que isso influencia tanto no IPC-Jus quanto no Prêmio CNJ de Qualidade. Informou de forma breve como é feita a construção do IPC-Jus. Dr. Filipe Lôbo perguntou sobre o incremento do Sistema Hércules na produção e ficou avistado que houve. Presidente perguntou se o Sistema Hércules tem interferência no resultado do IPC-Jus. Clóvis Gomes apontou que o sistema é utilizado na execução fiscal e que houve celeridade, mas que a execução fiscal é retirada na avaliação deste índice. Atentou quanto à questão da alimentação do sistema quanto à mudança de classe para "cumprimento de sentença", haja vista que a não alteração, manterá o processo como de conhecimento. Relatou que a avaliação é feita com base na informação que está no sistema. Presidente fez comentários quanto a essa situação. Foi informado que há processos que são julgados, mas que não sofrem a alimentação de que tenha sido encerrado o processo. Inara Francoyse ressaltou a importância da baixa, que é o que o CNJ considera como mais significativo. Dr. Orlando Rocha informou que a dificuldade para a baixa é grande devido à burocracia. Inara Francoyse informou os processos baixados de execução fiscal. Trouxe o comparativo de processos baixados no primeiro trimestre de 2020 e 2021. Trouxe o Índice de Atendimento à Demanda, definiu seu conceito e sua medição ideal. Trouxe os dados relativos a sentenças e decisões. Trouxe comparativo também das sentenças e decisões no primeiro trimestre de 2020 e 2021. Trouxe a série história dos processos pendentes de baixa. Apresentou a série histórica da taxa de congestionamento. Informou a retração no índice de conciliação. Fez suas considerações finais acerca dos dados. **4)** Inara Francoyse passou aos pontos relativos à Pesquisa de Satisfação. Trouxe os resultados gerais. Informou a fundamentação normativa. Passou ao objetivo da pesquisa. Informou a metodologia e representatividade. Passou aos resultados informando a porcentagem de participação dos respondentes. Passou às porcentagens dos indicadores avaliados. Destacou o resultado quanto a questões relativas ao teletrabalho e comunicou os resultados obtidos na pesquisa. Fez as conclusões finais. Solicitou ao Presidente o envio de relatório às unidades para verificação dos pontos falhos e a mudança do período de aplicação da pesquisa de satisfação de forma bianual sendo no fim de cada gestão. A solicitação foi aceita. Clóvis Gomes informou que relatório será entregue ao Presidente. Renato Barbosa questionou o quantitativo de participação. Clóvis Gomes fez as explanações. Dr. Filipe Lobo questionou sobre a aplicação de desvio padrão para obtenção do real resultado. Dr. Filipe Lôbo fez a sugestão de haver QR Code para pesquisa com um questionário mais simples com poucas perguntas, de forma mais objetiva. Ewerton Gabriel informou que a dificuldade é o balcão virtual é feito através de chamadas de vídeo. Dr. Orlando Rocha falou que se houver melhoria na produtividade, haverá melhora na avaliação geral pelo público, destacando esse ponto como o foco para a Gestão. Ressaltou mais uma vez a questão da burocracia para a baixa de um processo. Ewerton Gabriel falou sobre o proativo considerar mais baixas para que a unidade seja considerada excelente. Alexandre Sodré falou sobre ter a integração do Presidente com o Corregedor para essa questão. Sugeriu que a SPU esteja nas unidades que não estão conseguindo baixar o quanto se necessita. Clóvis Gomes informou que essas questões sempre são vistas com o Dr. Manoel Cavalcante. Presidente falou sobre haver a Justiça Efetiva que apoia as unidades, que cumpre esse papel e que por mais que sejam saneadas as unidades, com o tempo a situação de abarrotamento retorna. **5)** Amós Henrique iniciou a apresentação sobre os resultados da Pesquisa de Satisfação. Informou a fundamentação normativa. Informou a metodologia e representatividade. Apresentou os aspectos da pesquisa e informou os resultados gerais e alguns tópicos específicos. Apontou as queixas dos

colaboradores quanto a problemas de saúde. Comunicou os comentários e reclamações que foram mais corriqueiros. Finalizou a apresentação. **6)** Clóvis Gomes reforçou a informação de que serão entregues ao Presidente o relatório da pesquisa que também é disponibilizado no site do TJAL, o material que foi apresentado e o Plano Estratégico. Finalizada a reunião.

Desembargador **KLEVER RÊGO LOUREIRO**
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do Comitê de Gestão Estratégica

ORLANDO ROCHA FILHO:55344
Assinado de forma digital por ORLANDO ROCHA FILHO:55344
Dados: 2021.06.09 11:52:50 -03'00'

Magistrado **ORLANDO ROCHA FILHO**
Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. **FILIPE LÔBO GOMES**
Procurador Geral

EWERTON GABRIEL PROTAZIO DE OLIVEIRA
Secretário Especial da Presidência

ALEXANDRE SODRE ARRUDA:89127
Assinado de forma digital por ALEXANDRE SODRE ARRUDA:89127
Dados: 2021.06.01 18:06:49 -03'00'

ALEXANDRE SODRÉ ARRUDA
Diretor-Geral do Tribunal de Justiça

CLOVIS GOMES DA SILVA CORREIA:1085
Assinado de forma digital por CLOVIS GOMES DA SILVA CORREIA:1085
Dados: 2021.05.27 10:52:45 -03'00'

CLÓVIS GOMES DA SILVA CORREIA
Assessor-Chefe da APMP

RENATO BARBOSA PEDROSA
Diretor da DICONF

CATALINA VELASQUEZ OLIVEIRA FREITAS LINS:00912659408

Assinado de forma digital por CATALINA VELASQUEZ OLIVEIRA FREITAS LINS:00912659408
Dados: 2021.06.01 08:39:30 -03'00'

CATALINA VELASQUEZ OLIVEIRA

APMP

INARA FRANCOYSE DE SOUZA PEREIRA:09905625496

Assinado de forma digital por INARA FRANCOYSE DE SOUZA PEREIRA:09905625496
Dados: 2021.05.27 11:05:13 -03'00'

INARA FRANCOYSE DE SOUZA PEREIRA

APMP

AMÓS HENRIQUE ALVES DE ARAÚJO

APMP